

Planos mostram como dirigir a economia

Até agora, o espaço está aberto para propostas. Os dois candidatos à Presidência da República e seus partidos políticos ainda não anunciaram, claramente e em detalhes à população brasileira, os seus programas econômicos, ou seja, qual será a política econômica a ser implementada a partir de 1985, caso vençam no Colégio Eleitoral. Apenas esboçaram diretrizes.

Consequentemente, segmentos da sociedade civil, técnicos de empresas estatais, personalidades ministeráveis ou representativas do setor econômico estão se pronunciando. Oferecem suas sugestões aos candidatos, tentando aproveitar essa campo vazio de programas. Entre as propostas que já surgiram, ao longo dos últimos meses, divulgadas publicamente e dotadas de consistência programática ou ideológica, destaca-se, do lado da Oposição, a dos Conselhos dos Economistas. E do lado dos futuros ministeráveis do PDS, a do Senador Roberto Campos.

Pode-se dizer que até o momento já apareceram sete sugestões ou teses sobre qual deveria ser a tendência da política econômica e de combate à inflação do novo Governo: a dos economistas dos conselhos, que têm o apoio de quadros do PMDB, a do Senador Roberto Campos; a proposta do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore; a contida implicitamente no documento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que defende a retomada do crescimento; a do empresário Abílio Diniz; e as duas propostas de combate à inflação do professor Octávio Gouvêa de Bulhões. A segunda delas conta com o apoio do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.

Além dessas sugestões, existem pronunciamentos de candidatos a ministros, como os do banqueiro Olavo Setúbal e os do deputado Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

Um ponto em comum: a dívida

Ao ler-se os programas já apresentados, é fácil encontrar o que mais têm em comum: todos sugerem uma nova forma de negociação da dívida externa. Não há concordância, no entanto, sobre quais seriam as novas condições de pagamento da dívida. Menciona-se desde um simples reescalonamento, a prazos mais longos, sem rompimento com o Fundo Monetário Internacional, até o rompimento com o FMI e pedido de moratória, caso a diretoria do Fundo se negue a reformular o programa de ajuste que vem impondo ao Brasil.

Tese muito aceita entre os menos radicais no tocante à questão da dívida é a de que o pagamento do serviço — juros e comissões — deveria corresponder apenas a uma parcela da receita da exportação. O restante seria capitalizado automaticamente ou coberto por novos empréstimos de longo prazo. Pacotes plurianuais são bem vistos tanto pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, como pelo corpo técnico do BNDES, para acabar com o sofrimento das negociações anuais.

O principal ponto de divergência entre a Oposição e os representantes ou ex-ministros do atual Governo é a questão da recuperação econômica.

Enquanto que para Abílio Diniz, para os economistas do Conselho Federal de Economia e para os técnicos do BNDES, a recuperação econômica é prioritária, estando até mesmo acima, na escala de prioridades, do combate à inflação, para Roberto Campos, Pastore, Simonsen e Bulhões, o combate à inflação, a continuidade no ajustamento ou a implantação de uma verdadeira economia de mercado são pontos bem mais importantes do que o retorno à taxa histórica de crescimento de 7%, ao ano.

A desindexação é defendida por todos, como medida necessária para acabar com a inflação. A taxa de câmbio e a correção monetária são vistas como os principais instrumentos de realimentação da inflação. Só que as propostas de desindexação vão desde a criação do dia D ou do tratamento de choque a medidas parciais ou gradualistas, que eliminem a indexação da economia aos poucos, sem traumas ou "radicalismos".

O Decreto-Lei 2.065 parece estar mesmo morto. Ninguém o aprova. Sua abolição, no entanto, poderá representar a implantação imediata no país do sistema de livre negociação salarial, como defende, por exemplo Roberto Campos, ou o estabelecimento de salários reais, acompanhando a variação total do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, tese amplamente defendida por membros ou simpatizantes do PMDB.

CECÍLIA COSTA